

A crítica da economia política: teoria e atualidade

MAURÍCIO C. COUTINHO*

1. Atualidade em que sentido?

Nas recorrentes discussões sobre a atualidade da crítica da economia política, o termo “atualidade” é utilizado em dois sentidos, distintos e não-convergentes, que transparecem nas interrogações usuais: a) a formulação de Marx é capaz de explicar o capitalismo atual?; b) qual a compatibilidade entre a crítica da economia política e a teoria econômica contemporânea?

A primeira interrogação dirige-se, no essencial, à adaptabilidade e ao poder descritivo da teoria de Marx, tendo em vista as profundas modificações do capitalismo e a variedade de trajetórias das economias capitalistas. A questão não é descabida. Afinal, em *O Capital*, temos exposta uma teoria do capitalismo bastante referida à industrialização originária. Por outro lado, e a despeito da profusão de ilustrações históricas, Marx se propôs a elaborar uma teoria geral do capitalismo, de caráter eminentemente lógico-conceitual. Para confundir ainda mais os leitores, *O Capital* é uma obra inacabada. A inconclusão do livro III, em particular, deixa em aberto diversos enigmas sobre a tessitura real daquelas seções que, por se “aproximarem à superfície”, mais favoreceriam ilações e aplicações.

A atitude de impugnar a atualidade da economia marxiana porque “o capitalismo mudou”, na verdade, faz pouco de uma obra que, por se pretender uma teoria geral do capitalismo, calcada em noções tão gerais como mercadoria, dinheiro, capital, possui um status supracircunstancial. Se um dos propósitos do sistema de Marx é o de explicar as mudanças econômicas, vai implícita a aptidão para descrever as transformações do capitalismo. Com isso,

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

uma eventual incompatibilidade com os fatos atuais significaria uma falha básica da teoria, e não uma inocente inadequação produzida pelas modificações da economia.

Na ausência de aplicações a situações econômicas concretas, o contraste com a teoria política é sugestivo. As análises políticas de Marx podem dar margem a intermináveis polêmicas, mas as dissensões não obscurecem a autoridade única de textos como *O 18 Brumário* e *Lutas de classe na França*, os quais propiciam uma interpretação autoral de primeira mão sobre o fenômeno político, em contextos históricos bem determinados. Nada de semelhante existe em economia.¹

Enfim, por uma razão ou por outra – pela natureza lógico-conceitual de *O Capital*, pela escassez de análises econômicas aplicadas do próprio Marx, pelas inúmeras mediações necessárias na passagem de uma teoria geral do capitalismo aos casos concretos – os questionamentos à adequação da crítica da economia política aos fatos atuais levam a um debate interminável e pouco produtivo.

Já a segunda interrogação, que se refere à atualidade teórica da crítica da economia política, é mais frutífera e objetiva. Levando-se em consideração que nos mais de cem anos que transcorreram desde a redação de *O Capital* muita água correu sob a ponte da teoria econômica, cabe perguntar se a (geralmente admitida) incompatibilidade entre o marxismo e a moderna teoria econômica não representa uma prova concreta da impropriedade daquele. Para ficarmos no terreno popperiano da seleção de teorias, a quase absoluta incompreensão de Marx pelos pensadores atuais não evidenciaria, no fundo, seu fracasso no processo seletivo próprio à evolução científica?

Antes de prosseguirmos no caminho da comparação de teorias, é importante reconhecerem-se algumas dificuldades preliminares. Para começar, *O Capital* é uma obra rigorosamente incomparável, no exato sentido que nenhum outro economista, após Marx, aventurou-se a escrever uma “teoria geral do capitalismo”. A amplitude do empreendimento em parte se prende ao espírito da época, e não sem razão se diz que Marx foi o último dos iluministas. É uma noção de senso comum a de que o conhecimento enciclopédico e a fundamentação filosófica deixaram de ser exigências do pensamento econômico no século XX.

Adicionalmente, Marx foi também o último dos hegelianos. Para o bem ou para o mal, a filosofia deste século (para não falarmos da economia) afas-

¹ Talvez a posição de Marx sobre as controvérsias e as crises monetárias do século XIX atinja um grau aproximado de acuidade e aplicação. No entanto, a seção V do Livro III de *O Capital*, em que se encontra a maior parte dessas discussões, é bastante inacabada.

tou-se da tradição dialética, o que torna problemática a simples compreensão de *O Capital* pelos estudiosos contemporâneos.

Finalmente – e ainda nas preliminares – é importante assinalar que a teoria econômica deste século afastou-se não só de Marx como da economia política clássica. A ruptura com Ricardo e com a teoria do valor baseada nos custos de produção foi um dos propósitos manifestos da revolução marginalista. Muito do que aparece como incompatibilidade entre o pensamento econômico moderno e o marxista é apenas um reflexo desta ruptura com a tradição de Smith e Ricardo, à qual Marx estava inteiramente referido.

Reconhecidas essas dificuldades, acredito que a comparação de sistemas teóricos oferece uma boa alternativa para a recuperação da pertinência, da propriedade e da atualidade das contribuições de Marx. A título de antecipação, é bom esclarecer que por detrás deste ensaio estão dois pressupostos críticos: em primeiro lugar, a argumentação assume a relevância da teoria econômica deste século (o que significa não rejeitar *in limine* a economia neoclássica); em segundo lugar, por não se tratar de um exercício em exegese, as contribuições de Marx serão utilizadas com extrema liberdade. Não pretendo fazer uma defesa de tais pressupostos, cuja adequação poderá ser mais bem aferida ao longo do texto.

2. O pensamento econômico clássico

Acima foi dito que muitas das críticas a Marx se devem à rejeição ao padrão clássico de pensamento econômico. Sem obscurecer as dessemelhanças entre os autores, e sem a menor pretensão de expor uma tipologia acabada do pensamento econômico clássico, acredito que podem ser encontrados alguns traços comuns no amplo arco que vai dos fisiocratas a John Stuart Mill. Três destes traços são:

- a) A economia política clássica pressupõe uma (ou diversas) ontologia(s) do ser social. As concepções de natureza humana presentes no empirismo naturalista dos fisiocratas, nos moralistas escoceses (Hume e Smith), no utilitarismo de John Stuart Mill, projetam suas sombras nas respectivas teorias do valor e do capital. A teoria do valor trabalho, em particular, foi uma herdeira direta do jusnaturalismo, capaz de atravessar o pragmatismo da teoria ricardiana dos custos de produção e se projetar até Marx.² Em suma, os principais sistemas econômicos clássicos pressupõem concepções filosóficas do homem e da sociedade econômica.

² Coutinho, Maurício. *Lições de economia política clássica*. São Paulo, Hucitec, 1995.

- b) Os economistas clássicos estão preocupados, fundamentalmente, com as “leis de movimento”, descritas por meio das relações entre grandes agregados e categorias econômicas, como lucros, salários, renda da terra. Não se trata de uma simples coincidência Smith, Ricardo e Marx terem se preocupado com a tendência declinante da taxa de lucro, assim como não é ocasional a inserção da dinâmica da renda da terra no centro da teoria ricardiana dos lucros. A preocupação com as leis de movimento transforma as principais teorias clássicas em grandiosas macrodinâmicas. Por sua vez, existe relação entre as macrodinâmicas clássicas e a idéia de que a sociedade capitalista pode ser descrita por uma estrutura básica de classes sociais economicamente definidas, uma visão codificada por Adam Smith. A noção de classes sociais (grupos sociais definidos pela posição econômica dos indivíduos) é indissociável da economia política clássica.
- c) Finalmente, e relacionado ao anterior, os economistas clássicos têm como horizonte a acumulação do capital. Isso significa que não é a utilidade, a demanda ou as preferências dos consumidores o ponto de referência da teoria econômica. Mais ainda, embora ter como horizonte a acumulação não leve a uma rejeição à microrracionalidade, implica a adoção de uma microrracionalidade própria, compatível com as concepções de acumulação e classes sociais adotadas pelas teorias. A microrracionalidade clássica é bastante distinta da que viria a caracterizar a economia neoclássica.

Mais do que qualquer outra diferença, a ruptura com esses três pontos, presentes nos economistas clássicos e em Marx, é o que determina a dificuldade de diálogo entre a teoria econômica moderna e o marxismo.

3. Marx e a historicidade das categorias econômicas

Em relação à historicidade das categorias econômicas, indiscutivelmente existe uma ruptura fundamental entre a teoria econômica moderna e o marxismo. Aliás, este também foi um ponto de ruptura entre Marx e os economistas clássicos.

A crítica de Marx à elisão da história nos diversos sistemas econômicos e filosóficos passa por ao menos duas dimensões. Por um lado, Marx pretendia criticar a “naturalização” das categorias econômicas, efetuada pelos economistas. Para ele, a concepção de natureza humana da economia política, a despeito de sua atemporalidade e aspiração à generalidade, representaria nada mais do que uma condensação da visão de mundo burguesa, historicamente datada. A elisão das relações sociais burguesas provocaria uma mistificação das categorias econômicas, em particular da noção de capital. Marx entende que o capital é uma relação social historicamente determinada e não um simples instrumento ou meio de produção. A diferença fundamental entre o arco-

e-flecha do selvagem primitivo e o equipamento industrial moderno reside em ser este último fruto do trabalho assalariado.

Por outro lado, ao fundar o real na história, Marx estabeleceu um contraste com a dialética hegeliana, que via no movimento das idéias a realização do absoluto. O análogo marxiano ao absoluto de Hegel – o capital – é uma relação social historicamente fundada.³ A história, portanto, cumpre um papel fundamental na transposição da dialética, de Hegel a Marx, com amplas conseqüências na teoria do capital.

O importante aqui não é discutir o papel da história em Marx, e sim ressaltar a distinção entre a determinação histórica das categorias econômicas e da própria vida social, algo pertinente ao marxismo, e qualquer tipo de determinismo histórico. Essa é uma distinção tão mais importante quando se leva em consideração a consolidação do moderno entendimento de que a teoria econômica é, sobretudo, uma “lógica da escolha”. Curiosamente, esse entendimento moderno propicia a retomada da crítica liberal clássica, conforme a qual o materialismo histórico subentende uma visão determinista e totalitária da vida social, por tornar todas as decorrências históricas previsíveis, ou justificáveis.⁴ Ao ser incompatível com a indeterminação histórica e com a subjetividade das escolhas, o marxismo não ofereceria, de acordo com os críticos liberais, qualquer perspectiva de se converter em substrato de um sistema político livre.

Para nós, a questão fundamental é menos a da liberdade política do que a de determinar em que medida é possível conciliar a visão histórica de Marx com o pressuposto de subjetividade dos agentes, paradigmático na teoria econômica moderna. Mais ainda, em que medida se pode compatibilizar o pressuposto da subjetividade com uma concepção econômica baseada em classes sociais? Admitindo-se a estruturação da sociedade em classes sociais, qual o significado de escolha? Acredito que o desenvolvimento dessas questões permite um grande avanço no entendimento das diferenças e das possibilidades de diálogo entre a teoria econômica de Marx e a moderna.

4. Teoria econômica moderna

Antes de prosseguirmos na exploração das questões acima colocadas, convém fazer um sumário de características da teoria econômica deste século, com o objetivo de evidenciar tópicos de natureza metodológica nos quais o contraste com o sistema de Marx fica mais evidente. Sob essa exclusiva perspectiva, a teoria econômica moderna pode ser caracterizada por:

³ Müller, Marcos. “Exposição e método dialético em *O Capital*”. *Boletim SEAF-MG*, n. 2, 1982.

⁴ Berlin, I.. “Historical inevitability”. *Four Essays on Liberty*, Oxford, Oxford University Press, 1969.

- a) Racionalidade e escolha racional. A teoria moderna pauta-se no pressuposto de racionalidade dos agentes. O problema econômico fundamental é justamente o da escolha dos indivíduos, presumindo-se um comportamento racional. No entendimento dos críticos, o sistema de Marx seria estruturalista, no exato sentido de atribuir aos agentes um papel.⁵ A atribuição de papéis, ou de modelos comportamentais pré-definidos, colide com primado da escolha, que pressupõe a indeterminação.
- b) Relacionado ao anterior, a importância do individualismo metodológico. A unidade de referência da teoria econômica é o indivíduo (o consumidor, o produtor), já que tanto a noção de escolha quanto os pressupostos de racionalidade assumidos são incompatíveis com grupos, classes, estamento etc.
- c) A economia como ciência prescritiva. Os economistas vêem a sua ciência não como descritiva, mas, fundamentalmente, prescritiva. O fato de essa não se constituir em uma característica da ciência, e sim em uma decorrência do crescimento do raio de ação dos governos e da importância da política econômica, não altera a profunda assimetria que existe entre a perspectiva de Marx – elaborar uma teoria geral do capitalismo, na forma de uma crítica à ciência econômica estabelecida de seu tempo – e a dos economistas profissionais modernos – propor, prescrever, aconselhar.

Com o crescimento da importância da política econômica, os economistas operaram a mágica de contornar o dilema indutivo de Hume: já não interessa saber se a observação de uma regularidade nos autoriza a prever a ocorrência recorrente do fenômeno; sendo a prescrição o objetivo, a descoberta de regularidades (e os encadeamentos dedutivos que se seguem) tem de desembocar em “leis” cuja finalidade é respaldar recomendações de condutas das autoridades. De certa forma, nisso a economia moderna reedita o *animus* dos fisiocratas: uma vez descoberta a “ordem econômica natural”, prescrever as atitudes a serem seguidas pelos governantes.

É claro que o domínio da ótica prescritiva tem mais a ver com a profissionalização da prática econômica e com o conservadorismo a ela inerente do que com as características intrínsecas da ciência. Trata-se de um fenômeno relacionado à sociologia da ciência, mas não deve ser desconsiderado, pois uma parte do ruído entre a moderna teoria econômica e o marxismo decorre de uma cisão “profissional”: enquanto os teóricos modernos são, no mais das vezes, “cientistas práticos”, os economistas marxistas aparecem como profetas do apocalipse, sem maiores compromissos com a manutenção ou aperfeiçoamento do sistema.

⁵ Elster, John. *Marx Hoje*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

5. Classes sociais, subjetividade, determinação

Se as caracterizações anteriores da economia marxista e da teoria econômica moderna estiverem corretas, as maiores discrepâncias, ou maiores dificuldades de se estabelecer um território comum de diálogo, estariam localizadas em um conjunto de disjuntivas dramáticas: indivíduo *versus* grupo (classes) como agente econômico relevante; indeterminação *versus* determinação histórica; escolha e racionalidade individuais *versus* desconsideração da racionalidade individual. Sob a ótica da teoria econômica moderna, as “leis de movimento” da economia clássica e do marxismo seriam anacrônicas em todos os três aspectos, já que se referem a classes e/ou a grandes agregados econômicos, ignoram a microrracionalidade e são deterministas.

O problema é que essas disjuntivas dramáticas, que correspondem a uma visão-padrão em história do pensamento econômico, fazem tábula rasa de filigranas que conferem precisão e, simultaneamente, flexibilidade aos sistemas teóricos. É nessas filigranas que residem as melhores possibilidades de intercomunicação entre os sistemas.

A retomada de algumas das características do sistema de Marx assim como o estabelecimento de uma diferenciação fina entre os sistemas clássico e marxiano permitem a abertura de um espaço de comunicação entre os sistemas teóricos que pode contribuir para um reconhecimento comum, sem ofuscar as distinções cruciais. Uma exposição e reinterpretação liberal de três noções básicas no sistema econômico de Marx – classes sociais, subjetividade, determinação – talvez possa facilitar, se não a derrubada, o realinhamento das paliçadas.

a) classes sociais

Nesse ponto, há pouco a acrescentar. A visão de Marx é a mesma de Smith, Ricardo, e, com nuances, dos fisiocratas. Todos esses autores identificavam a estrutura nuclear da sociedade econômica capitalista com as três categorias de agentes, detentores de “rendas originárias”: capitalistas, trabalhadores e proprietários fundiários. Para a teoria econômica, a questão crucial é menos a acuidade histórica da descrição do que a utilização, particularmente por Ricardo e Marx, da oposição entre salários e lucros como o núcleo dos modelos de acumulação. No caso de Marx, a oposição entre salários e lucros (na particular forma de uma “teoria da mais-valia”) chega a ser o elemento central da teoria do capital.

Polêmicas sobre a existência de uma taxa salarial única, ou sobre a heterogeneidade da força de trabalho, são absolutamente secundárias, no contexto.⁶ O pressuposto de determinação dos salários no âmbito de subsistência

⁶ Baumol, W.. “The transformation of values: what Marx ‘really’ meant (an interpretation)”. In: *Journal of Economic Literature*, 12, march 1974.

e de taxa salarial uniforme é uma simplificação aceitável e, principalmente, compatível com os modelos de acumulação da escala dos clássicos. O principal problema reside exatamente aí: a economia ricardiana e a marxista fazem parte de um grupo de sistemas teóricos voltados à elaboração de modelos grandiosos de acumulação, que operam com simplificações legítimas da realidade, como as classes sociais. Há diversos outros exemplos de modelos de acumulação – novos ou antigos – articulados em torno dos pressupostos de taxa salarial uniforme e conflito distributivo. Em certa medida, todos eles compartilham o espírito das abordagens clássica e marxista, e poderiam ser considerados arcaicos pelas mesmas duas razões, a utilização de grandes agregados e a presumida falta de microfundamentos.

A questão dos microfundamentos e as notórias objeções às abordagens baseadas em classes (há racionalidade de classes sociais? As classes sociais escolhem?) merecem uma abordagem mais cuidadosa, a ser feita a seguir.

b) subjetividade

Pode-se dizer que os clássicos e Marx fazem pouco caso da subjetividade e da escolha? Nesse ponto, a distinção entre os autores é importante. O sistema de Smith oscila entre o mais puro subjetivismo, presente nas teorias da troca e da divisão social do trabalho, e uma concepção de desenvolvimento econômico fortemente ancorada na história, nas classes sociais e nas instituições. Sua visão compatibiliza o individualismo inerente ao contratualismo jusnaturalista (*do ut des*), com uma nítida adesão à doutrina fisiocrática das classes sociais e do salário de subsistência, de raízes marcadamente histórico-institucionais. Se o espaço para a subjetividade e para o primado da ótica da escolha é amplo na teoria do valor e da troca, é quase nulo nos capítulos que tratam da determinação da taxa de salários e de lucros.

A teoria ricardiana da distribuição é objetiva e está relacionada à hipótese de determinação do salário no nível de subsistência, a qual comporta um elemento sócio-institucional. Se levarmos em consideração a predileção de Ricardo por leis gerais e tendências de longo prazo, e sua adesão a uma visão de concorrência na qual os capitais individuais necessariamente se ajustam à média, ficará claro que as possibilidades abertas para a individualidade são nulas.

No sistema ricardiano, o trabalhador (o assalariado) não decide. Nisso, temos uma adesão à tradição dos fisiocratas e de Smith. No entanto, o interessante é que os capitais também não são considerados por Ricardo unidades individuais de decisão. A esse respeito, a teoria ricardiana dos lucros é exemplar: dada a cesta de subsistência e as condições de produção, a taxa geral de lucro está determinada. O capitalista sempre se adapta às condições gerais de produção. Jamais é um elemento de transformação do sistema.

Já a posição de Marx é única. Se é verdade que o trabalhador (ou a classe trabalhadora) não é considerada uma unidade de decisão econômica, a posição dos capitalistas é plena de subjetividade. A teoria marxiana do capital é, rigorosamente, uma teoria da diferenciação entre indivíduos. Os capitalistas estão em luta feroz uns com os outros, porque o móvel individual é a obtenção de mais-valia extraordinária. Embora a ação subjetiva dos capitalistas realize a lógica imanente do capital, essa lógica se impõe, de modo contraditório, por meio da diferenciação.

Nesse sentido, a própria formação das normas sociais depende da individualidade dos capitais. O valor das mercadorias, uma norma social básica vinculada ao “trabalho socialmente necessário”, não prescinde daquilo que Marx denominava “valor individual”, um atributo relacionado às condições de cada produtor. Do mesmo modo, a taxa de lucro média não barra a existência de capitais com condições diversas de rentabilidade.⁷

Dois pontos merecem destaque. Para iniciar – e ao contrário do que geralmente se admite –, no sistema de Marx as classes sociais não são elementos de decisão econômica. O capitalista, por definição, não age como classe, salvo naqueles momentos em que se vê compelido a uma decisão política coletiva; por exemplo, pressionando o Estado. Os trabalhadores, do mesmo modo. Além disso, percebe-se que há uma assimetria marcante entre as classes: os capitalistas (individualmente) decidem; os trabalhadores não. Os trabalhadores não tomam decisões econômicas simplesmente porque sua renda mal basta para o consumo necessário. Na tradição macrodinâmica clássica e marxista, a escolha no interior de uma cesta limitada de bens de consumo é uma questão que não faz parte da teoria econômica.

c) determinação

O fato de o agente decisório por excelência do sistema – o capitalista – visar a diferenciação acresce a indeterminação da teoria. Apesar das “leis de tendência” a teoria econômica de Marx não se coaduna com resultados predefinidos. Rigorosamente, a história está em aberto. Tanto a luta de classes, um embate de resultados indeterminados, quanto a rigorosa subjetividade do agente inovador, bloqueiam qualquer possibilidade de existirem trajetórias históricas pré-construídas. Isso quanto às “leis de movimento”, ou seja, as leis internas da economia. As grandes transformações, inclusive e principalmente uma eventual superação do capitalismo, caem fora das leis econômicas e dependem de coordenação, vale dizer, de ação política organizada. Em Marx (também em Smith), a ação política organizada não é redutível às explicações

⁷ Coutinho, Maurício. *Marx – notas sobre a teoria do capital*. São Paulo, Hucitec, 1997.

que compõem o corpo da teoria econômica. Mais uma razão para sua predeterminação econômica não fazer sentido.

Na verdade, a visão de Marx é uma combinação complexa entre a moldura histórica, a luta de classes e a subjetividade dos capitais. As condições de produção cumprem um papel decisivo nesses três fatores, mas vale lembrar que todos eles (e principalmente a iniciativa individual dos capitalistas) moldam as condições de produção.

6. Conclusões

Conforme a interpretação acima, a ausência de predeterminação dos resultados e a incorporação de uma hipótese radical de subjetividade dos agentes, referida aos capitalistas, são duas características marcantes do sistema marxiano. Se a teoria econômica neoclássica for vista, sobretudo, como uma lógica da escolha individual, não seria de esperar que as tentativas de contato com o sistema de Marx fossem menos espinhosas? Mais ainda, se na construção de uma teoria do capital apoiada na subjetividade dos agentes Marx diferenciou-se dos clássicos, não seria razoável reconhecer que existem muito mais possibilidades de diálogo entre a teoria econômica moderna e Marx do que entre aquela e os clássicos?

As perguntas ficam sem resposta, mas nos estimulam a buscar razões para a usual ausência de reconhecimento entre a teoria econômica de Marx e a moderna. Três razões podem ser aventadas de imediato. Em primeiro lugar, a subjetividade é uma característica marcante da teoria do capital de Marx. A teoria econômica neoclássica não é, nas origens e paradigmaticamente, uma teoria do capital. Ela pode comportar uma teoria do capital, porém sempre derivada dos paradigmas de escolha construídos a partir da figura do consumidor, um agente econômico estranho aos sistemas clássico e marxiano.

Em segundo lugar, tanto os clássicos quanto Marx constroem macrodinâmicas agregativas, a partir de um princípio (o valor-trabalho) que, embora referido às condições de produção, tem caráter ontológico. Nas origens e paradigmaticamente, a teoria neoclássica também não é uma macrodinâmica agregativa. Note-se que o ruído principal não decorre da aceitação ou negação da teoria do valor-trabalho, e sim da existência ou ausência da perspectiva macrodinâmica nos sistemas originais.

Finalmente, não é razoável deixar de fazer menção à questão ideológica. O fato de a teoria econômica ter sido utilizada como o principal instrumento do argumento conservador⁸ apenas reforça a magnitude da cisão existente. É

⁸ Hirschman, Albert. *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*. Boston, Harvard University Press, 1991.

ingenuidade ignorar o peso das diferenças ideológicas como fatores que bloqueiam o diálogo e o reconhecimento entre sistemas teóricos.

Convém observar que essas três razões remontam às origens de cada sistema. Nada impede que o quadro se veja modificado pelo desenvolvimento das teorias. Sabemos que a teoria neoclássica hoje está às voltas com modelos macrodinâmicos e que a utilização instrumental da teoria econômica não é necessariamente conservadora. Por outro lado, não se pode esquecer que a teoria econômica marxista estacionou nas primeiras décadas deste século. Por diversas razões, enquanto a teoria neoclássica transformou-se em um ramo dinâmico e florescente do pensamento, existem escassos praticantes das idéias econômicas de Marx. Em decorrência, elas não sofreram o desenvolvimento e o processo interno de contestação/atualização inerente à manutenção e ao progresso das teorias. Até mesmo no rol das diversas heterodoxias econômicas contemporâneas, poucas se reconhecem inspiradas em Marx.

Pela falta de um programa de pesquisas atualizado e em desenvolvimento, os poucos estudiosos que conhecem o sistema de Marx e reconhecem suas virtudes vêm-se obrigados a recorrer às idéias originais para o estabelecimento de contrastes com a teoria econômica contemporânea. As dificuldades na comparação entre um sistema vivo, alimentado por um exército de praticantes, e idéias do século XIX não podem ser minimizadas. Ainda assim, acredito que o esforço comparativo abre perspectivas frutíferas de conhecimento e atualização. O objetivo do artigo foi exatamente este: destacando o que há de específico e original no sistema de Marx, apontar para sua abertura à atualização e para as possibilidades de fertilização do debate econômico contemporâneo.

COUTINHO, Maurício. A crítica da economia política: teoria e atualidade. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p. 122-132.

Palavras-chave: Crítica da economia política; Pensamento econômico clássico; Teoria econômica moderna.